

Democracia Deliberativa: As Dificuldades Do Exercício E Da Participação Feminina

Astrid Sarmento Cosac*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fomentar a discussão sobre a participação e representação nos conselhos deliberativos, seus limites, e a condição da atuação da mulher nestes espaços. Além da tentativa de elucidar alguns conceitos, argumentos e reflexões sobre representatividade política, interação face a face destacando o papel da mulher nestes espaços. A pesquisa ocorreu no Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora em Minas Gerais. As estratégias utilizadas foram a realização de algumas entrevistas, análise da ata da plenária e filmagem da sessão realizada no conselho no ano de 2010. Os dados levantados são interpretados com base na literatura sobre o tema da deliberação e da participação feminina em instâncias decisórias. Com destaque para as interações sociais a partir dos discursos dos atores e dos grupos que se formam dentro do conselho. Após apresentar alguns pontos negativos sobre a democracia deliberativa e alguns limites da efetividade da participação, destaca-se como a presença feminina se manifesta neste cenário.

Palabras claves: Participação; Democracia; Gênero; Representação

Deliberative Democracy: Difficulties Of Exercise And Participation Of Women

ABSTRACT

This article aims to foster discussion on the participation and representation in decision-making, its limits councils, and the condition of the role of women in these areas. Besides the attempt to clarify some concepts, arguments and reflections on political representation, face to face interaction highlighting the role of women in these areas. The research took place at the Municipal Health Council of Juiz de Fora in Minas Gerais. The strategies used were conducting some interviews, analysis of the minutes of plenary and filming the meeting the board in 2010. The data collected are interpreted based on the literature on the subject of deliberation and participation of women in decision-making bodies. With emphasis on social interactions from the speeches of the actors and groups that form within the board. After presenting some negative points about deliberative democracy and some limits of the effectiveness of participation, stands out as the female presence is manifested in this scenario.

Key-words: Participation; Democracy; Gender; Representation.

La Démocratie Délibérative: Difficultés De L'exercice Et Participation Des Femmes

RÉSUMÉ

Cet article vise à favoriser la discussion sur la participation et la représentation dans la prise de décision, ses conseils de limites, et l'état du rôle des femmes dans ces domaines. Outre la tentative de clarifier certains concepts, arguments et réflexions sur la représentation politique, face à face interaction mettant en évidence le rôle des femmes dans ces domaines. La recherche a eu lieu au Conseil municipal de la santé de Juiz de Fora au Minas Gerais. Les stratégies utilisées menaient des interviews, l'analyse des procès-verbaux des séances plénières et le tournage de la réunion du conseil en 2010. Les données recueillies sont interprétés sur la base de la littérature sur le sujet de la délibération et la participation des femmes dans les instances de prise de décision. En mettant l'accent sur les interactions sociales des discours des acteurs et des groupes qui se forment au sein du conseil. Après avoir présenté quelques points négatifs à propos de la démocratie délibérative et des limites de l'efficacité de la participation, se distingue comme la présence féminine se manifeste dans ce scénario.

Mots-clés: Participation; Démocratie; Sexe; Représentation.

* Bacharela em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais.

Email: astridsarmento@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de duas pesquisas desenvolvidas durante a graduação como bolsista de Iniciação Científica, um dos projetos intitulado “*Democracia e debate: questões teóricas e contextos empíricos*”. Em um segundo momento, em parceria com o Projeto Democracia Participativa – Prodep da Universidade Federal de Minas Gerais em um Projeto de Apoio a Núcleos de Excelência em Ciência e Tecnologia - PRONEX envolvendo pesquisadores e colaboradores de universidades brasileiras e estrangeiras (França, Portugal e EUA), com o título “*A dinâmica da participação local no Brasil*”, coordenado pelo Professor Doutor Leonardo Avritzer¹ e na Universidade Federal de Juiz de Fora pelo Prof. Dr. Raul F. Magalhães², tais pesquisas orientaram a produção desta pesquisa, assim como facilitou o acesso aos dados necessários para este artigo.

Embasado no conhecimento adquirido nas pesquisas supracitadas, este trabalho propõe apresentar conceitos, argumentos e algumas reflexões sobre participação, deliberação, representatividade política, interação face a face e o papel da mulher nestes espaços. Sendo assim, optou-se por um viés ensaístico para discorrer acerca das reflexões ainda incipientes.

É importante ressaltar nesta introdução que passados quase 25 anos da promulgação da Constituição de 1988, considerada o marco principal de criação de um sistema descentralizado e participativo quanto à gestão de políticas sociais, é que, diversas redes de movimentos sociais e ONGs buscam alargar o âmbito de discussão sobre as reformas políticas para incluir o debate dos mecanismos de democracia direta e participativa. (PONTUAL, 2008).

Desta forma, propõem-se pensar na participação política da mulher tendo em vista às conquistas originadas principalmente a partir da década de 70 e que atualmente culminam na pequena, porém crescente, inserção feminina nos espaços democráticos. Bom exemplo desta tendência é a lei de cota feminina, que reserva vagas para mulheres nas candidaturas dos partidos políticos. Mesmo com baixa adesão, a cota feminina pode ser considerada uma conquista. Tanto o conselho pesquisado quanto a participação feminina expressam fortes relações assimétricas de gênero e para além dele.

A base empírica do trabalho é o Conselho Municipal de Saúde (CMS), em Juiz de Fora M.G.,

onde é possível observar a presença feminina em um espaço historicamente marcado pela presença predominantemente masculina. No caso deste conselho em específico, inicialmente saltou à observação, o fato do Conselho ser presidido por uma mulher, assim como a ouvidoria, cargos com elevada participação no cotidiano do conselho.

Para fundamentar a análise pretendida faz-se necessário uma breve apresentação de como se dão os debates no CMS, seus aspectos discursivos, relacionando-os às situações ocorridas no CMS apoiados em falas registradas em atas, além de trechos de entrevistas. Estas foram realizadas com representantes da sociedade civil, ONGs, e do próprio CMS.

Em seguida, algumas constatações acerca da democracia deliberativa, apontando alguns de seus limites o que dificulta ainda mais a participação feminina.

Cabe ressaltar a colaboração dos entrevistados e principalmente da Ouvidora e Conselheira *Samantha Maria Borchear*, que disponibilizou documentos e informações fundamentais para a construção deste artigo, além de autorizar a utilização do seu nome neste trabalho. Samantha possui um considerável conhecimento acerca do CMS, exerceu dois mandatos de quatro anos. Posteriormente se retirou das atividades para se candidatar a vereadora em 2012 pelo PCdoB.

Outro aspecto curioso é que dos trabalhos que se tem conhecimento, verificou-se uma inexpressiva presença de autores homens que abordam especificamente o tema da participação feminina nestes espaços.

Contudo, segue adiante algumas considerações quanto às estratégias e metodologias utilizadas como base para a produção do ensaio.

SÍNTESE DOS MÉTODOS

Esse trabalho é constituído de uma revisão bibliográfica parcial dos autores referência no tema da participação dialogando com a presença feminina nestas instâncias democráticas. Tenta analisar atas e discursos à luz dos conceitos chaves, o comportamento característico nas plenárias e a participação feminina, permitindo um esboço da realidade dos conselhos e decisões, alguns limites da efetividade da participação e como a presença feminina se manifesta neste cenário.

Também é utilizado como instrumento filmagens das plenárias do CMS juntamente com a análise da filmagem da mulher durante as reuniões e votações. Complementarmente, ocorreram entrevistas semiestruturadas com mulheres ocupantes dos cargos de relevância em ONGs e do próprio CMS. O intuito foi conhecer em que grau os ocupantes dos cargos se sentem representantes e/ou representados em relação aos segmentos a que pertencem.

Após reunião dos dados levantados efetuou-se uma reflexão comparativa destes com estudos já elaborados pela PRODEP - Projeto Democracia Participativa/UFMG.

Além do material citado, é apresentado um quadro quantitativo discriminando por gênero os integrantes do CMS, também fornecido pela ouvidora de saúde.

Para apresentar o material empírico recolhido durante a pesquisa adotou-se a estratégia de abordar paralelamente alguns conceitos teóricos e passagens ocorridas no CMS, estabelecendo uma narrativa que tenta correlacionar citações de autores, entrevistas e alguns dados coletados, a fim de contextualizar as circunstâncias tanto das relações de poder estabelecidas no conselho quanto à participação feminina.

IDEXICALIZAÇÃO E INTERAÇÕES

Ao propor uma análise da participação feminina no CMS é necessário enunciar como funciona a dinâmica das plenárias. É fundamental atentar para a questão dos discursos dos interlocutores, este é o principal instrumento por meio do qual são construídos acordos, identifica-se a ação dos indivíduos e percebem-se as interações ocorridas no jogo face a face no CMS. Trata-se de compreender o aspecto relevante que caracteriza boa parte da realidade nestas instâncias decisórias.

Sobre a deliberação pública devemos salientar ser algo que interfere nas formas através das quais o governo municipal elabora e executa suas políticas. Sendo assim, pretende-se valorizar aspectos qualitativos e quantitativos de dados e discussões a cerca do processo democrático.

INDEXICALIZAÇÃO

Uma referência basilar para observar espaços discursivos é o conceito de indexicalização, que é a forma com que os atores sociais compartilham a ideia da existência de uma realidade de referência que

é indexada (GARFINKEL; SACKS 1986), ou seja, uma realidade que adquire um sentido específico na interação, permitindo aos atores discutirem os tópicos, na suposição de que os interlocutores da interação conseguem saber o significado dos termos utilizados no discurso, sem que haja uma referência discursiva a determinado tópico, todos absorvem o significado, mesmo que o termo específico não seja pronunciado.

Por outro lado, o modo de indexar um tópico é o mesmo que subjetivar um assunto ou tema durante um discurso realizado pelos membros em interação no decorrer da plenária. A partir de uma ordem indexicalizada, os indivíduos definem suas atitudes, com base nas experiências e trajetória individuais, sejam elas de cunho intelectual ou de experiência de mundo. (MAGALHÃES, 2009). Portanto, o termo indexado pode assumir diferentes significados a nível individual.

“*Os fatos cotidianos acessados pelos atores são um meio de explicar o sentido de uma ação e de emprestar coerência aos cursos dessa ação.*” Dessa maneira, as interações de linguagem tomam um lugar crucial para orientar os agentes, que de certa forma são o objeto de análise que nos move. (MAGALHÃES, 2009).

Como observado no Relatório elaborado para a FAPEMIG “*Democracia e debate: questões teóricas e contextos empíricos*” detectou-se que o CMS apresenta na sua composição cidadãos com níveis bem distintos na capacidade de argumentar, o que ocasiona o monopólio da fala pelos mais articulados, gerando uma dinâmica mais eficaz de cumprimento dos seus objetivos de pauta.

O Processo de organização das interações nesses espaços institucionais, ao ser distinto, gera também efeitos mais complexos para deliberação. No caso das audiências da câmara os limites claros ao monopólio da palavra permitem que uma gama maior de argumentos seja colocada publicamente, ou seja, os agentes podem indexar, dar um sentido na interação e, portanto subjetivar e compartilhar o uso da linguagem, por meio do maior número de argumentos possíveis. Nos Conselhos a tendência é de que rapidamente um argumento assumo o centro do campo do debate, fazendo com que as interações gravitem em torno desse. Nas audiências públicas vários agentes disputam o centro do campo retórico propondo enquadramentos distintos, não aceitando ao argumento do outro. (MAGALHÃES e SOUZA 2004:57).

Assistindo as filmagens da plenária, percebe-se que os indivíduos ao discursarem se apropriam do termo indexado anteriormente, principalmente nos momentos de exaltadas discussões geradas por desentendimentos internos de cunho ideário e/ou

partidário.

INTERAÇÕES

Quanto ao conhecimento técnico, verificou-se um bom exemplo de sua utilização no discurso. Durante uma das reuniões que debatia o tema da inclusão de Juiz de Fora na listagem para o consórcio da ACISPES – Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra, que tem como objetivo central, desafogar a cidade de Juiz de Fora dos atendimentos relativos à saúde dos usuários das pequenas cidades do entorno.

Em um determinado momento da discussão, lê-se na ata: “já foi dito aqui pelo *Diretor Executivo da ACISPES que não tem condição (...)*” após uma longa apresentação em *Datashow* sobre o que seria este consórcio, exaltando o conhecimento técnico e autoridade do cargo do interlocutor. (cabe destacar que as informações apresentadas nos *slides* não foram citadas em ata).

Outra característica, tanto da câmara quando dos conselhos, é a importância dos argumentos técnicos. Mesmo que os temas tratados possam envolver argumentos morais e políticos há sempre a necessidade de respaldá-los com argumentos técnicos. (MAGALHÃES e SOUSA 2004:57).

Em alguma medida a fala orienta e pauta os discursos subsequentes e mais que isso, orienta consideravelmente a ação dos agentes. A interação dos atores é condicionada pelo contexto em que se dá a participação.

Observa-se que na sociologia contemporânea, uma referência importante é Dubet, de forte inspiração na Teoria da Ação weberiana. Esta não é a temática principal deste artigo, mas se faz relevante dado que a fala e as ações sofrem influência das interações que ocorrem dentro dos grupos, no caso, as reuniões do conselho.

O que se nota, é que tanto a indexicalização quanto o argumento técnico são condicionantes importantes no que se refere ao modo de interação dos indivíduos. No intuito de uma deliberação participativa, atores com maior capacidade de discurso prevalecem, assim como aqueles que possuem alguma autoridade técnica do tema em debate. Estas contingências interferem nas interações comprometendo a participação de alguns representantes em detrimento de outros. Permitindo que se verifiquem diferentes níveis de participação em um mesmo conselho, como é o caso do CMS.

DEMOCRACIA DELIBERATIVA

Um fato importante dentro do contexto que envolve participação é a possibilidade de deliberação nestes espaços. Um aspecto considerável contempla os níveis argumentativos de base técnica ou moral, estes possuem chances distintas de persuasão.

Na ata analisada constata-se certa recorrência de frases de impacto moral para com os usuários e a sociedade civil organizada presentes em plenária. Os discursos são sempre envoltos de emoção e falas eloquentes. Aspecto interessante é que através da comparação entre ata e filmagem, notam-se como o movimento corporal, as emoções e falas inteligíveis ou danosas ficam de fora dos registros escritos, apesar de ser aspecto constitutivo dos recursos de persuasão praticados pelos atores. Uma boa referência sobre a questão pode ser percebida nos trabalhos analisados por Uriella Coelho Ribeiro na PRODEP, durante suas pesquisas em Conselhos e no Orçamento Participativo de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. Sobre os espaços deliberativos cabe citar:

A deliberação, conquanto possa ser um processo que dependa da subjetivação pelos agentes de determinados temas e suponha um juízo dos mesmos sobre eles, conforme interpreta a tradição individualista, é, para, além disso, o resultado de um processo interativo retoricamente mediado, onde os juízos subjetivos são moldados pelos argumentos postos no campo retórico. Mais exatamente os juízos dos agentes são dependentes dos processos de interação onde tópicos que orientam são lançados. Com efeito, por deliberação estamos pensando em pessoas comuns, que nas interações vão percebendo os quadros de decisão e orientando-se para eles. Essa orientação segue sempre uma situação discursiva que forma o curso de ação. (...). A teoria democrática se ocupa de como os agentes podem conhecer discordar ou concordar em pontos de conflito e consenso num espaço político. (MAGALHÃES, 2007:8).

O que remete ao conceito utilizado por Avritzer, *efetividade deliberativa “a capacidade efetiva dessas instituições influenciarem, controlarem e decidirem sobre determinada política pública, expressa na institucionalização dos procedimentos, na pluralidade da composição, na deliberação pública e inclusiva, na proposição de novos temas, na decisão sobre as ações públicas e no controle sobre essas ações.”*(CUNHA, 2007).

Como instrumento democrático, os conselhos permitem o acesso à participação que possibilita a tomada de decisões por parte da população, normalmente segmentos sociais organizados e mobilizados. Porém, no artigo de Archon Fung e Joshua Cohen, “*Democracia radical*” são destacados dois pontos importantes, que podem ser apropriados

nesta análise, como possíveis “entraves” ao sucesso da tomada de decisões por parte dos conselhos.

A preocupação em ampliar a participação deliberativa, e a redução da capacidade de deliberação ampla que atenua o exercício do poder e compromete a participação deliberativa de alta qualidade, reduzindo seu impacto no exercício do poder (FUNG; COHEN 2004), ou seja, devido à ampliação da participação, a tomada de decisão é mais lenta, retardando os possíveis resultados de determinada política pública ou ação, no limite compromete a participação, para Álvaro de Vita, quanto maior o grupo menor a participação.

Para agravar o quadro, outro ponto importante são as disputas pelos assentos nos conselhos, esses, podem ou não serem marcados por uma distribuição desigual entre os grupos, sendo os mais “organizados”, os que detêm mais recurso, poder e visibilidade, portanto acessam e ocupam os conselhos. (TATAGIBA, 2002). Lembrando que as mulheres geralmente fazem parte destes grupos citados.

Por analogia, é cabível comparar os grupos mais organizados e mobilizados com os atores citados no item 2.2, onde os mais articulados detêm a fala nas plenárias, ratificando relações assimétricas verificadas nas interações dentro destes espaços, bem como as diferenças de autoridade técnica e de retórica persuasiva como aspectos de grande influência nas decisões.

Além das disputas outro ponto que não se pode deixar de destacar é que durante a sessão, a visibilidade dos agentes ocupantes de determinados cargos, como a figura da presidente que apesar de fazer uso generoso da palavra, não era a principal protagonista do debate. Era perceptível o desrespeito do direito a fala em relação a presidente do CMS. Percebe-se que existe um arranjo no qual há conselheiros com protagonismo maior que a presidente.

Observando que com a indiferença ao exercício de controle do tempo de fala, os atores envolvidos na interação discursiva em plenária tendem a ocasionar reuniões com mais de quatro horas de duração. Ao final da plenária, sem *quórum*, o que não impediu a certeza tácita entre os representantes de que o procedimento não seria contestado, encerraram-se

as deliberações acerca dos principais temas de pauta, sem a presença da maioria.

É comum nas reuniões e registros de atas, o baixo *quórum*, muitas vezes sob a justificativa do “avançado da hora”, fato que ocorre nas duas plenárias observadas, pois a maioria dos representantes do conselho que dependiam de transporte coletivo já haviam se ausentado da reunião.

Durante a entrevista com a ouvidora quando questionada a cerca da votação ser realizada sem *quórum* a respondente nos relatou:

“(...) o regimento prevê *quórum* só para abrir reunião, não prevê *quórum* pra terminar, tinha realmente poucas pessoas.”

Devemos lembrar que o “*uso mais livre da palavra como no caso dos conselhos municipais, nos quais o monopólio da fala se instala entre os mais aptos ao discurso, produzindo resultados perversos a deliberação*” (MAGALHÃES, 2000), pode ser intensificador do baixo *quórum*, associado à falta de controle do tempo por parte da presidente, que estende a reunião e faz com que os usuários de transporte coletivo tenham que se retirar.

Vale ressaltar outro ponto fundamental, a discussão sobre autonomia utilizada pelos representantes do Conselho no trabalho realizado por Luciana Tatagiba e Ana Cláudia Chaves Teixeira que fizeram entrevistas com diversos representantes de movimentos sociais, do poder executivo e com vereadores. Pode-se observar na análise das autoras que na fala dos respondentes surgem pontos igualmente observados no discurso de muitos representantes no CMS de Juiz de Fora.

Falar sobre a autonomia dos movimentos, portanto, significa perguntar sobre a natureza dos vínculos que os movimentos são capazes de estabelecer com os demais atores do sistema político, significa perguntar até que ponto eles são capazes, nessa relação, de escolher os seus interlocutores em função das suas agendas, de defender seus interesses, de definir os objetivos da interação, e até que ponto eles pautam ou são pautados. A autonomia pode existir mesmo em um contexto no qual os movimentos mantenham vínculos constantes e permanentes com outros atores como partidos, sindicatos, governo, vereadores, deputados, aliás, esses vínculos e contatos se mostraram fundamentais em vários momentos. (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2006).

Outro trecho da entrevista realizada com a ouvidora de saúde do município de Juiz de Fora representa bastante à ideia que alguns representantes têm sobre a autonomia do CMS:

“(...) o conselho ele é autônomo independente, tem poder deliberativo normativo e fiscalizador mais é vinculado à gestão pública, ser vinculado não quer dizer ser cooptado e nem ser manipulado é o que as pessoas confundem e nem significa que ele é autoritário porque tem pessoas também que acha né que tem que ter choque entre os poderes eu acho que tem que ter consenso (...)”

Sobre as relações movidas por demandas, podem-se perceber traços bem aparentes das relações interpessoais com vereadores e figuras influentes na política local para conseguir benefícios comunitários ou pessoais. Conforme observado no trabalho de Luciana Tatagiba e Ana Cláudia Chaves Teixeira:

É possível até dizer, com base nas entrevistas, que os espaços informais são mais valorizados pelos movimentos. Há uma avaliação positiva, por parte dos movimentos sociais e de certos integrantes do poder público, das relações pessoais como forma de encaminhamento de demandas, que no caso das subprefeituras fica ainda mais facilitado pela proximidade física. (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2006).

A presença de práticas como estas, de certa forma esvaziam e enfraquecem os conselhos, criando uma rede de relações paralelas, tornando os conselhos, um local que possibilita o ganho de benefícios pessoais. Segundo a ouvidora Samantha:

“(...) existe uma divisão muito grande de forças políticas mais existe sim pessoas que usam de funções delegadas a elas com confiança compromisso carisma e união de grupos e usam isso pra poder favorecer no aspecto pessoal e através de um político determinado, mas eu não vou falar o nome porque na hora que eu fala eu vou falar é pra explodir o balão mesmo.”

Na temática da valorização das relações pessoais como forma de encaminhamento de demandas pessoais ou de determinado grupo, podemos perceber no texto de (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2006), que este fato está intrínseco nas relações entre representantes e representados, e tem como tensão latente, a repulsa quanto aos laços partidários e ao compromisso com os governos, o que se observa no trecho de uma entrevista realizada no trabalho de Tatagiba e Teixeira: *“Eu sempre tive na minha cabeça que movimento popular não se mistura com movimento político. Isso é uma concepção minha, porque eu não quero ficar atrelado a ninguém”*.

O ponto em questão é observado da mesma maneira em entrevista realizada com a líder de uma ONG de conscientização da cultura negra. Quando a respondente foi questionada sobre manter alguma ligação com algum político específico, respondeu:

“Nós somos apolíticos nada de político no meio da gente.”

Permeando o contexto abordado, verifica-se algo com relação às formas de poder. No estudo de 1992 de Antropologia Política da autora Karina Kuschnir “O Cotidiano da Política” onde votos são trocados por assistencialismo, que remete ao clientelismo, e também ao coronelismo (atentando para o contexto histórico do termo) consagrado por Vítor Nunes Leal.

Levantando este debate, deixo para reflexão os questionamentos apresentados por Luciana Tatagiba e Ana Cláudia Chaves Teixeira em seu artigo:

(...) o papel atribuído às relações pessoais como forma de obtenção de bens públicos, por parte de atores que se construíram como sujeitos políticos tendo como bandeira à afirmação dos direitos, da cidadania? Qual a importância que os movimentos sociais atribuem a essa relação pessoal com os representantes do estado, e de que forma esse reconhecimento estatal influencia ou altera sua disposição de participar? Da mesma forma, quais os riscos dessa estratégia que ao mesmo tempo em que defende a abertura de canais institucionalizados de participação, mobiliza os canais tradicionais de intermediação de interesses? Em que medida estaria em jogo uma redefinição da dinâmica clientelista, onde os espaços de participação passam a integrar – ao invés de confrontar – a lógica das relações privadas? (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2006:233).

Constatando todas as problemáticas de se exercer um conselho com caráter participativo e deliberativo dentro do contexto da democracia nos moldes conhecidos, deve-se refletir que a gama de dificuldades encontradas nestes espaços, quando percebidas pelo prisma da desigualdade de gênero se intensificam. É cabível destacar que para a mulher este exercício democrático é ainda mais inóspito. Além das dificuldades inerentes ao arranjo deliberativo. Para elucidar esta reflexão faz-se necessário mencionar sinteticamente a trajetória da mulher na política, as relações assimétricas, a dominação masculina e o comportamento da mulher no que tange as suas atividades no âmbito pessoal e familiar.

A MULHER

Partindo da verificação de uma relação assimétrica entre os atores devido à capacidade retórica e técnica, e entre grupos devido à organização e mobilização no CMS é que se pretende expor algumas considerações

quanto à participação feminina nestes espaços. A mulher diante deste contexto, caracterizado por relações de poder, participa das deliberações, carregando consigo os estigmas sociais de sua condição de gênero.

Um ponto central nesta análise não é a participação quantitativa das mulheres nos conselhos, pois existe uma participação feminina substancial nos sítios deliberativos, realidade um pouco diferente do que aquela verificada no mundo da política propriamente dita.

De acordo com Uriella Coelho Ribeiro (2011) “não se trata de uma questão numérica”, mas da falta de recursos materiais necessários. Além disso, os espaços não apresentam uma igualdade palpável de *“oportunidades a todos os participantes ao compartilhar um conjunto de valores que não localizam o feminino como sinônimo de político”* (RIBEIRO, 2011).

Em Juiz de Fora, é possível perceber na história recente movimentos de estímulo à participação nestes espaços como, por exemplo, nas duas gestões de Tarcísio Delgado, do PMDB (1997-2004), antecessor do Prefeito Custódio Mattos. Durante tais gestões, houve um trabalho forte em políticas de promoção da participação nos conselhos (ALMEIDA, 2006).

Apesar de existirem indícios de que as desigualdades de gênero são reproduzidas nestes espaços, verificou-se uma exceção à regra no caso do CMS, que era presidido por uma mulher, além do cargo na ouvidoria, também ocupado por uma representante feminina. O que é um fato incomum visto que estes cargos costumam ser ocupados por homens.

Como podemos observar no quadro a seguir, realmente não se trata de quantidade. Há uma pequena diferença entre homens e mulheres, sendo cinco homens a mais.

Quadro 01 – Quantitativo de conselheiros por gênero

	FEMININO.	MASCULINO.
TOTAL POR GÊNERO	23	28
TOTAL GERAL	51	

*FONTE: Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora (2011).

Vale lembrar que este trabalho é um estudo de caso e os dados do quadro acima não podem ser adotados como padrão estatístico.

Existem ainda conselheiras e usuárias, mas a relação de poder ocorre de uma maneira diferente. Pelo que se observou, durante a participação em algumas reuniões, a distinção por gênero, é relacionada ao ambiente machista que permeia os espaços deliberativos e políticos.

Independente do relativo equilíbrio quantitativo entre gêneros no CMS cabe destacar que no mundo da política, a presença feminina não é tão expressiva. Porém como relata Young, os grupos sub-representados de minorias devem se sentir contemplados por representação nos espaços sociais e políticos. Pensando de forma a incluir as mulheres nestas minorias representadas. Uma boa forma de pensar o problema é:

Por essas razões, muitas propostas recentes de maior inclusão política nos processos democráticos defendem medidas que propiciem maior representação dos grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais. Ati-vistas dos movimentos de mulheres de muitos cantos do mundo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres. (...). Na maior parte dos sistemas políticos, as mulheres ocupam uma pequena proporção dos cargos públicos eleitos, bem como estão relativamente pouco presentes nas posições de poder e influência na vida pública e privada de modo geral. (YOUNG, 2006:169)

No Brasil, há cotas para mulheres nos partidos políticos. Para Young *“uma forma importante de promover maior inclusão de membros dos grupos sociais sub-representados se dá por meio de dispositivos políticos destinados especificamente a aumentar a representação de mulheres, pessoas da classe trabalhadora, minorias raciais ou étnicas, (...) esquemas como cotas em listas partidárias, representação proporcional, cadeiras parlamentares reservadas e delimitação de distritos eleitorais especiais (...)”*

Uma demanda importante e fundamental para se vivenciar os espaços deliberativos é a disponibilidade de tempo para participar, as mulheres enfrentam uma dificuldade específica. Elas relatam as duplas e

muitas vezes triplas jornadas de trabalho, tendo que cuidar do marido, dos filhos, da casa e ainda exercer sua profissão.

Desta forma, a participação feminina em conselhos, associações, movimentos partidários, ativistas, dentre outros, torna-se quase inviável.

O acúmulo de tarefas advém da crescente ocupação feminina de espaços extra domésticos, sem abandonar suas atividades domésticas. Na contra mão desta tendência, a atividade doméstica masculina parece incipiente.

“Olhando para o cenário nacional, esta questão se repete. A Fundação Perseu Abramo (2004) aponta que 96% das mulheres são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos em geral, sendo que 45% dessas mesmas mulheres também trabalham para sustentar a família.” (RIBEIRO, 2007). Outra pesquisa recente realizada por Luciano Fedozzi (2007) apontou que as mulheres que participam são as que se encontram sem compromissos matrimoniais, isto é, mulheres solteiras, viúvas ou separadas.

Não podemos deixar de reconhecer a complexidade de fatores e variáveis que conformam o fenômeno da participação política, mas também devemos lembrar que uma de suas mais importantes causas diz respeito ao perfil socioeconômico dos participantes. Pesquisas em diferentes países atestam a importante correlação entre educação, renda e ocupação, cuja combinação positiva permite maior propensão, interesse, capacidade e disposição à participação política. (ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H. H., 2010), além disso, ainda cabe ressaltar a existência de pesquisas que incluem a este conjunto de variáveis, a questão do gênero.

Diante do breve levantamento realizado, é possível inferir que para participar politicamente, mulheres e homens devem desenvolver a existência de valores compartilhados, e não aqueles que segregam por gênero as possibilidades de ascensão ao poder e ao mundo da política. Um objetivo virtuoso certamente é perceber a paridade participativa, pressupondo o reconhecimento de todos, e quando se diz todos, isso significa mulheres e os homens como detentores de um *status* social equitativo.

(...) precisamos incluir os membros da sociedade no processo de deliberação e debate, fazendo com que haja de fato a presença de mulheres e homens, sendo as maneiras destes agirem e pensarem (maneiras conhecidas social e culturalmente como propriamente femininas ou masculinas) respeitadas e

reconhecidas. Uma paridade não numérica, mas uma paridade efetiva de condições, pode ser um ponto de partida para uma reflexão sobre o reconhecimento dos participantes enquanto pares neste processo de democratização do Estado. Uma potencialidade para se ter uma visão mais crítica do que seria uma ampliação da democracia. (RIBEIRO, 2007:22).

Nesta mesma linha de pensamento, é pertinente fazer referência aos estudos e pesquisas de Céli Regina Jardim Pinto:

Não há dúvidas de que existe uma estreita relação entre a posição relativa que a mulher ocupa na estrutura de dominação e a sua presença na vida política. No caso específico do Brasil, esta estrutura de dominação tem duas características muito particulares que provocam efeitos profundos nas formas de participação da mulher na vida pública: uma desigualdade social abismal e uma hierarquia rígida em relação ao acesso a direitos. Dar a palavra para as mulheres – e só as mulheres podem fazê-lo de modo a não construir novas relações de poder. Esta certamente não é uma ação suficiente, o “caminho das pedras”, porque não há tal caminho, mas certamente é essencial. (PINTO, 2009:22).

Deve-se pensar e refletir como as mulheres poderiam conquistar respeito e tratamento desprovido de preconceito de gênero, tanto perante às instâncias públicas como na vida social cotidiana. É fundamental conceber ações que tornem os espaços políticos deliberativos igualitários, garantidos pela Constituição de 1988, sempre almejando produzir mais ferramentas que aproximem as mulheres das decisões políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa deste artigo é fomentar a discussão sobre democracia deliberativa, visto que é uma prática crescente no país. Em vista disso, é necessário identificar os limites desse exercício democrático observando sua dinâmica interna e o efeito de suas deliberações. Além de tentar apresentar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no âmbito da política de um modo geral, percebendo ainda que apesar das mudanças de comportamento, ainda existem indícios de uma possível relação de dominação masculina.

Com base neste estudo inicial foi possível perceber no CMS a existência, mesmo que pequena, nas relações assimétricas, nas interações entre os atores e entre grupos organizados formados dentro do conselho, que em certa medida comprometem a capacidade deliberativa. Em alguns casos permitindo inclusive o ganho de benefícios pessoais e/ou dificultando o andamento das reuniões fazendo com que a principal razão do conselho, que é o bem

comum, fique em segundo plano.

Neste contexto adverso ocorre também a participação feminina. Somados aos entraves relatados quanto ao conselho, a mulher possui uma pequena dificuldade característica do preconceito de gênero, que se estende inclusive aos espaços públicos e privados de sua vida cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. (1988) *Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro*, revista *Dados*, vol. 31, nº1.

ALMEIDA, Débora Rezende de. CUNHA, Eleonora Schettini. *A produção de conhecimento sobre conselhos de políticas: alguns desafios metodológicos*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. *Sociologia: consensos e controvérsias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ALMEIDA, C. C. R. ; LÜCHMANN, L. H. H. A *representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2010.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV. 2003.

ARISTÓTELES. *Dos argumentos sofisticos*, Os pensadores. São Paulo, Abril, 1978a.

AVRITZER, Leonardo. *Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte*. In: DAGNINO, Leonardo (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, Participação e Instituições Híbridas*. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, nº. esp. *Instituições Híbridas e Participação no Brasil e na França*, p. 16-39, março 2005.

_____. et al. *Participação e (re)distribuição nas políticas públicas de Minas Gerais*. Relatório de pesquisa. Belo Horizonte, UFMG, 2009b.

_____. *Introdução*. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, Eleonora S. M. *Aprofundando a democracia: o potencial dos conselhos de políticas e orçamentos*

participativos. Dissertação (Mestrado) Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FRASER, Nancy. *O que é crítico na teoria crítica? “O Argumento de Habermas e Gênero”*. In: BENHABIB, Sheila e CORNELL, Drucilla *Feminismo Crítico da modernidade*. Editora: RCB 1987.

FUNG, Archon e COHEN, Joshua. *Democracia Radical*. *Revista Política & Sociedade*. Dossiê n.11, out. 2007. Recebido em 27.4.2007. Aprovado em 15.7.2007.

KUSCHINER, Karina. *O cotidiano da Política*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. *Lua Nova*, 1998, nº 44, p.81-106.

LUBENOW, Jorge Adriano. *As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à Filosofia Política de Jürgen Habermas*. *Revista Veritas. Ética e Filosofia Política*. Porto Alegre/PUCRS, v.55 n. 1 jan./abr. 2010, p. 121-134.

MAGALHÃES, Raul F. *Racionalidade e Retórica: teoria discursiva da ação coletiva*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2000.

MAGALHÃES, Raul F. e SOUSA Diogo Tourino de. *A Retórica como Modelo Analítico da Racionalidade Instrumental: aproximações teóricas e empíricas*. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, IUPERJ, Rio de Janeiro: v 47, nº. 3, pp. 577 – 614. 2004.

_____. *Interação e deliberação em três arranjos empíricos: pensando perspectivas no campo da microssociologia e da democracia*. XXXI Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

MAGALHÃES, Raul Francisco et alli . *A Retórica como Modelo Analítico da Racionalidade Instrumental: os usos da argumentação em situações de conflito e debate*. Relatório Final de Pesquisa. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Sociais/UFJF. 2004.

_____. *Interação e deliberação: perspectivas no campo da microssociologia e da linguagem*. Relatório

Final de Pesquisa. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Sociais/UFJF. 2007.

_____. *A democracia como topos: reflexões sobre persuasão entimemas e debates em laboratório*. In: Teoria e Cultura Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF, Juiz de Fora, v.1, nº1, pp. 139-164. 2006.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas*. Revista Estudos Feministas, v.18, n.3. Florianópolis, (2010). p. 653-679.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder. Recebido em 13 de julho de 2009*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-23, junho 2010. Aprovado em 10 de dez. de 2009.

RIBEIRO, Uriella Coelho. *Participação, Inclusão e Gênero: Um estudo sobre Conselhos Municipais de Saúde*. Monografia em Ciência Política, Belo Horizonte, UFMG, 2007.

_____. *As Mulheres no Orçamento Participativo de Belo Horizonte: Limites e Potencialidades para uma Participação Paritária entre Mulheres e Homens neste espaço*. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

_____. *Participação Política e as Relações de Gênero: O caso do Orçamento Participativo de Belo Horizonte*. Uriella Coelho Ribeiro. Scielo.

TATAGIBA, Luciana e TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. *Participação e democracia: Velhos e novos desafios*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, jan./jun. 2006, p. 223-240.

VITA, Álvaro de. *Sociedade democrática e democracia política*. Revista Política & Sociedade. Dossiê n.11, out. 2007. Recebido em 27.4.2007. Aprovado em 15.7.2007.

YOUNG, Iris Marion. *Representação Política, Identidade e Minorias*. São Paulo: Lua Nova, n. 67, 2006.

NOTAS

1 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor em Sociologia Política - New School for Social Research e Pós-doutor pelo Massachusetts Institute of Technology. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais e é referência internacional

na temática de Participação Democrática.

2 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (2000). Atualmente é professor associado III do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.